



GCM MAUÁ-SP

Prefeitura do Município de Mauá - SP

Guarda Civil Municipal

Questões gabaritadas
da banca IBAM
Legislação comentada
Conteúdo de acordo
com o Edital de
Abertura nº 02/2026



- Língua Portuguesa
- Matemática e Raciocínio Lógico
- Conhecimentos Específicos
- Informática (On-line)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ - SP

Guarda Civil Municipal

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Guarda Civil Municipal de acordo com o Edital de Abertura nº 02/2026, da Prefeitura do Município de Mauá - SP.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da banca *IBAM*, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse o conteúdo complementar disponível on-line para este livro em nossa plataforma: *Informática disponível em PDF para download*. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
■ LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS.....	9
■ INFORMAÇÕES EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS.....	12
■ FINALIDADE E ORGANIZAÇÃO TEXTUAL.....	12
■ COESÃO E COERÊNCIA.....	13
■ SIGNIFICAÇÃO DE PALAVRAS E EXPRESSÕES NO CONTEXTO	18
SENTIDO PRÓPRIO E FIGURADO	18
SINÔNIMOS.....	18
ANTÔNIMOS	18
■ ORTOGRAFIA OFICIAL.....	20
ACENTUAÇÃO GRÁFICA	20
■ CLASSES DE PALAVRAS E SEU EMPREGO	22
Flexão Nominal	23
Colocação Pronominal	31
Modos Verbais	31
Tempos Verbais	31
Flexão Verbal.....	32
■ PERÍODO SIMPLES E PERÍODO COMPOSTO.....	38
Termos da Oração.....	39
Coordenação	45
SUBORDINAÇÃO.....	46
REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL.....	49
CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL.....	51
■ EMPREGO DA CRASE.....	57
■ PONTUAÇÃO.....	60
■ REESCRITA DE FRASES E SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS, PRESERVANDO-SE O SENTIDO E A CORREÇÃO GRAMATICAL.....	63

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO	77
■ OPERAÇÕES COM NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS E REAIS	77
Frações e Números Decimais	79
■ RAZÃO E PROPORÇÃO	83
REGRA DE TRÊS SIMPLES	87
PORCENTAGEM	89
■ MÉDIA ARITMÉTICA	91
■ EQUAÇÕES DO PRIMEIRO GRAU	91
■ GRANDEZAS E MEDIDAS DE COMPRIMENTO, ÁREA, MASSA, CAPACIDADE E TEMPO: RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES-PROBLEMA.....	94
■ PROPOSIÇÕES LÓGICAS, CONECTIVOS E NEGAÇÃO	96
■ EQUIVALÊNCIA E IMPLICAÇÃO LÓGICA	105
■ SEQUÊNCIAS NUMÉRICAS E LÓGICAS: IDENTIFICAÇÃO DE PADRÕES	113
■ RELAÇÕES LÓGICAS ENTRE PESSOAS, OBJETOS, LUGARES E ACONTECIMENTOS A PARTIR DE CONDIÇÕES FORNECIDAS.....	117
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	123
■ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	123
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS – ARTIGOS 1º AO 4º	123
DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	127
ARTIGO 5º	128
PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ARTIGO 37.....	149
SEGURANÇA PÚBLICA – ARTIGO 144	156
■ LEI FEDERAL Nº 13.022/2014 – ESTATUTO GERAL DAS GUARDAS MUNICIPAIS: DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, PRINCÍPIOS MÍNIMOS DE ATUAÇÃO, COMPETÊNCIAS, CRIAÇÃO, EXIGÊNCIAS PARA INVESTIDURA, CAPACITAÇÃO, CONTROLE, PRERROGATIVAS E REPRESENTATIVIDADE	159
■ LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 19/2014 – ESTATUTO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE MAUÁ, CONSIDERADAS SUAS ALTERAÇÕES E SOMENTE OS DISPOSITIVOS VIGENTES E EFICAZES: FINALIDADE, COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL, ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA, HIERARQUIA E DISCIPLINA, DIREITOS, DEVERES, RESPONSABILIDADES, REGIME DISCIPLINAR, TRANSGRESSÕES E PENALIDADES	166

■ LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 62/2026, OBSERVADA SUA VIGÊNCIA: ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO ESTATUTO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE MAUÁ, ATRIBUIÇÕES DO GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE 3ª CLASSE, INGRESSO, FORMAÇÃO E ESTÁGIO PROBATÓRIO	191
■ LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 01/2002 – ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MAUÁ: DEVERES, PROIBIÇÕES, RESPONSABILIDADES E PENALIDADES	195
■ LEI FEDERAL Nº 9.503/1997 – CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	202
NORMAS GERAIS DE CIRCULAÇÃO E CONDUTA	202
PEDESTRES E CONDUTORES DE VEÍCULOS NÃO MOTORIZADOS.....	218
SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO.....	220
INFRAÇÕES	223
PENALIDADES.....	247
MEDIDAS ADMINISTRATIVAS.....	253
ATUAÇÃO DOS AGENTES DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO	257
■ LEI FEDERAL Nº 13.060/2014 – USO DOS INSTRUMENTOS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO PELOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA: LEGALIDADE, NECESSIDADE, RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE.....	262
■ LEI FEDERAL Nº 13.869/2019 – CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE.....	263
■ DECRETO-LEI Nº 2.848/1940 – CÓDIGO PENAL.....	273
LESÃO CORPORAL	273
AMEAÇA.....	276
FURTO.....	277
ROUBO	282
DANO	284
RESISTÊNCIA.....	285
DESOBEDIÊNCIA.....	286
■ DECRETO-LEI Nº 3.689/1941 – CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	286
PRISÃO EM FLAGRANTE – ARTS. 301 A 310	286
CADEIA DE CUSTÓDIA – ARTS. 158-A A 158-F.....	291
■ LEI FEDERAL Nº 11.340/2006 – LEI MARIA DA PENHA.....	294
FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER.....	295
MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA	296

■ LEI FEDERAL Nº 8.069/1990 – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: SEGURANÇA URBANA PREVENTIVA, PROTEÇÃO DE BENS, SERVIÇOS, LOGRADOUROS PÚBLICOS E INSTALAÇÕES MUNICIPAIS E PATRULHAMENTO PREVENTIVO	307
DIREITOS FUNDAMENTAIS	308
PREVENÇÃO E MEDIDAS DE PROTEÇÃO	333
DISPOSIÇÕES RELATIVAS À PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL	337
■ CONTROLE DE ACESSO DE PESSOAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	363
■ ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO AO PÚBLICO	366
■ HIERARQUIA, DISCIPLINA, ÉTICA E POSTURA PROFISSIONAL	369
■ PREVENÇÃO E GERENCIAMENTO DE CONFLITOS	372
■ ATUAÇÃO INTEGRADA COM OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS	375
■ PROTEÇÃO E SOCORRO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA	377
■ PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS	381
■ PRIMEIROS SOCORROS	383
AVALIAÇÃO INICIAL DA VÍTIMA E ACIONAMENTO DO SERVIÇO DE EMERGÊNCIA	383
PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA	391
OBSTRUÇÃO DAS VIAS AÉREAS	394
HEMORRAGIAS	394
QUEIMADURAS	397
CONVULSÕES	403
DESMAIOS	404

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

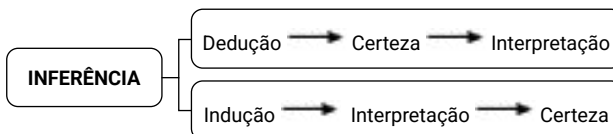
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

OPERAÇÕES COM NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS E REAIS

NATURAIS

Os números construídos com os algarismos de 0 a 9 são chamados de naturais. O símbolo desse conjunto é a letra **N**, e podemos escrever os seus elementos entre chaves:

$N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, \dots\}$

As reticências indicam que esse conjunto tem infinitos números naturais.

O zero não é um número natural propriamente dito, pois não é um número de “contagem natural”. Por isso, utiliza-se o símbolo N^* para designar os números naturais positivos, isto é, excluindo o zero. Veja: $N^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, \dots\}$.

Dica

O símbolo do conjunto dos **números naturais** é a **letra N**. Além disso, podemos encontrar o **símbolo N^*** , que representa os **números naturais positivos**, isto é, **excluindo o zero**.

Conceitos básicos relacionados aos números naturais:

- **Sucessor:** é o próximo número natural. Ou seja, o sucessor do número “ n ” é o número “ $n+1$ ”.
 - **Exemplo:** o sucessor de 4 é 5, e o sucessor de 51 é 52.
- **Antecessor:** é o número natural anterior. Ou seja, o antecessor do número “ n ” é o número “ $n-1$ ”.
 - **Exemplo:** o antecessor de 8 é 7, e o antecessor de 77 é 76.
- **Números consecutivos:** são números em sequência. Assim, $(n - 1, n \text{ e } n+1)$ são números consecutivos.
 - **Exemplo:** 5, 6, 7 são números consecutivos, enquanto 10, 9, 11 não são.
- **Números naturais pares:** são aqueles que, quando divididos por 2, não deixam resto. Por isso, o zero também é considerado par. Assim, todos os números que terminam em 0, 2, 4, 6 ou 8 são pares;

- **Números naturais ímpares:** quando divididos por 2, deixam resto 1. Todos os números que terminam em 1, 3, 5, 7 ou 9 são ímpares.

Atenção! A soma ou subtração de dois números pares tem resultado par.

- Ex.: $12 + 8 = 20$; $12 - 8 = 4$.

A soma ou subtração de dois números ímpares tem resultado par.

- Ex.: $13 + 7 = 20$; $13 - 7 = 6$.

A soma ou subtração de um número par com outro ímpar tem resultado ímpar.

- Ex.: $14 + 5 = 19$; $14 - 5 = 9$.

A multiplicação de números pares tem resultado par.

- Ex.: $8 \cdot 6 = 48$.

A multiplicação de números ímpares tem resultado ímpar.

- Ex.: $3 \cdot 7 = 21$.

A multiplicação de um número par por um número ímpar tem resultado par.

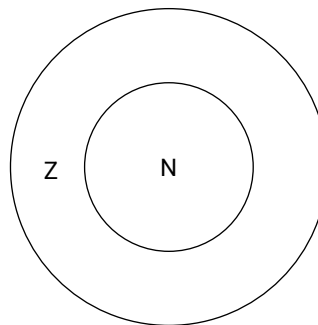
- Ex.: $4 \cdot 5 = 20$.

INTEIROS

Os números inteiros são os números naturais — incluindo o zero — e seus respectivos opostos (negativos). Veja:

$Z = \{\dots, -7, -6, -5, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, \dots\}$

O símbolo desse conjunto é a letra **Z**. Uma coisa importante é saber que todos os números naturais são inteiros, mas nem todos os números inteiros são naturais. Podemos representar os números inteiros por meio de diagramas e afirmar que o conjunto de números naturais está contido no conjunto de números inteiros, ou que **N** é um subconjunto de **Z**. Observe:



Podemos destacar alguns subconjuntos de números. Veja:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

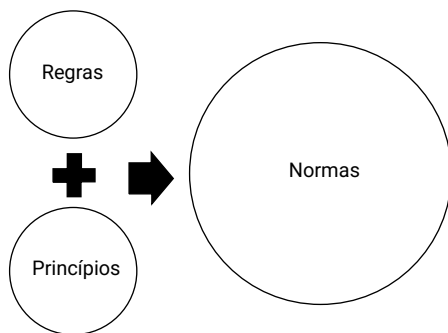
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS – ARTIGOS 1º AO 4º

Conceito e Natureza

Antes de adentrarmos propriamente no tema, é importante esclarecer um ponto que já foi objeto de prova: princípios, regras e normas se distinguem.

Há o gênero normas, do qual decorrem as espécies regras e princípios. As normas são amplas, abarcando, assim, a natureza abstrata dos princípios e a concretude das regras.



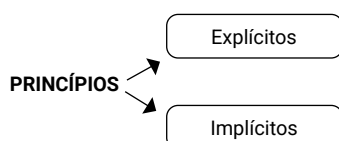
Os princípios são um alicerce de um sistema, uma estrutura básica do ordenamento jurídico, trazendo, também, uma melhor orientação à interpretação de um texto constitucional, que não pode ser feita de forma isolada, mas, sim, levando em consideração todo o contexto.

Os princípios constitucionais podem ser **explícitos** ou **implícitos**. Os princípios explícitos são aqueles que estão de forma expressa no Texto Constitucional (escritos).

Já os implícitos são obtidos por meio de uma construção lógica, estando subentendidos no texto mesmo não aparecendo expressamente.

Como exemplo de princípios explícitos, podemos citar os princípios do art. 37 da CF, os quais dizem respeito à Administração Pública.

Já quanto aos princípios implícitos, podemos citar o princípio da supremacia do interesse público, o qual, apesar de não ser encontrado expressamente na CF, é estritamente observado pelo poder público.



Princípios Fundamentais

Os princípios fundamentais são mandamentos que vão influenciar em toda a ordem jurídica.

Por exemplo, é nesse momento que o Texto Constitucional formaliza a relação entre **povo, governo e território**, elementos estes que são requisitos para a constituição de um Estado.

Além disso, servem como norte para outras normas e estão localizados no Título I da CF, de 1988, o qual é composto por quatro artigos.

Note que é nesses artigos que se proclama o regime político democrático com fundamento na soberania popular e na garantia da separação de função entre os governos.

Além disso, neles também são determinados os valores e diretrizes para o ordenamento constitucional.

Salientamos, antes de adentrarmos especificamente nos referidos artigos, que muitas questões de prova cobram do examinando um conhecimento prévio correlacionando a distinção do que são fundamentos (art. 1º), objetivos (art. 3º) e princípios (art. 4º).

Repare que, no parágrafo anterior, não foi exposto o art. 2º, mas isso se deu de forma proposital, tendo em vista que o examinador, muitas vezes, tenta confundir o candidato com o rol dos artigos anteriormente mencionados.

Para tanto, utilizaremos alguns mnemônicos ao longo das explicações, começando logo por **“FOP”** (fundamentos, objetivos, princípios).

Observe que esse mnemônico obedece à ordem alfabética, estando também em conformidade com a ordem dos artigos da Constituição (F-1º; O-3º; P-4º).

Assim, quando a questão mencionar algo relacionado a fundamentos, lembre-se de que estará se referindo ao exposto no art. 1º; quando mencionar objetivos, ao art. 3º; e, quando mencionar princípios, ao art. 4º. Não se esqueça também de que o art. 2º não entra como referência nesse mnemônico.

Fundamentos

Os fundamentos contidos no art. 1º da CF, de 1988, servem como base para todo o ordenamento jurídico, pois se referem aos valores de formação da República Federativa do Brasil — veja a importância do artigo, não somente em relação à Constituição, mas para toda a ordem jurídica do Estado.

Assim, vejamos o referido dispositivo:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como **fundamentos**:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

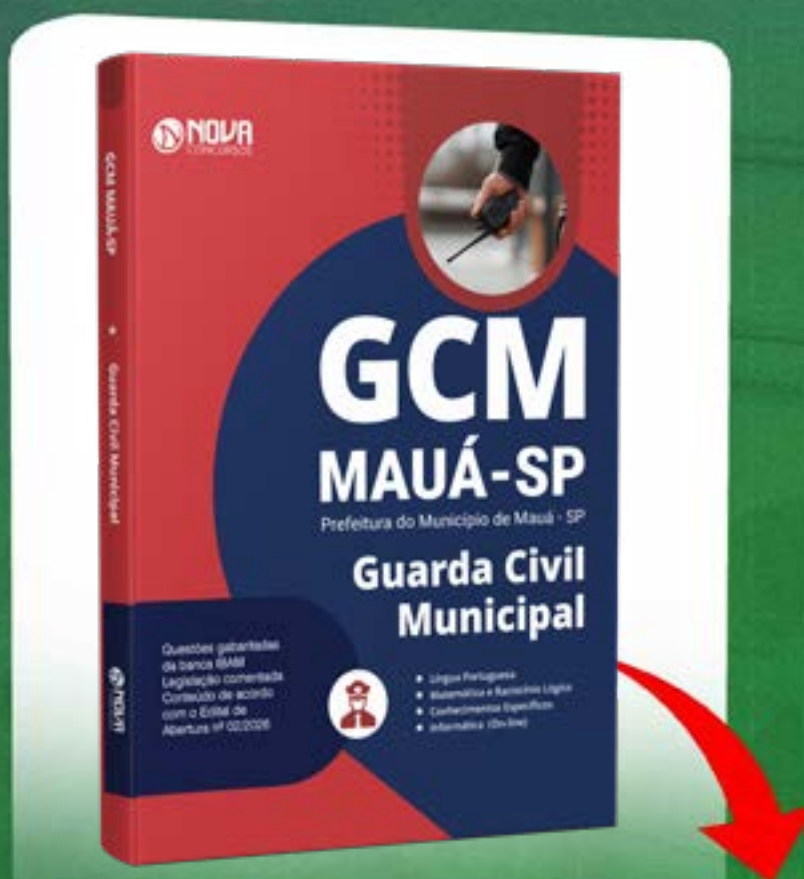
MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 **799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021**

 **92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022**

 **213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022**

 **337 APROVADOS
NO INSS 2022**



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO